



**ACÓRDÃO Nº514/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11255/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Rosely de Assis Fernandes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2004/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** as Contas da **Sra. Rosely de Assis Fernandes**, Ordenadora de Despesas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON, referente ao exercício 2016, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, c/c art. 188, II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Considerar em Alcance** a **Sra. Rosely de Assis Fernandes** no valor de **R\$ 1.423,31** (um mil, quatrocentos e vinte e três reais e trinta e um centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON por descumprimento de/pelas improbidades apontadas;
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Rosely de Assis Fernandes** no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido ao:
  - a) pagamento de juros/multa ao INSS;
  - b) inexigibilidade de licitação no valor de **R\$ 87.000,00** (oitenta e sete mil



**ACÓRDÃO Nº514/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

reais) sem formalização de contrato, contrariando o art. 62, da Lei nº 8.666/93;

c) contratação de serviço de vigilância patrimonial e segurança armada sem cobertura contratual.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.4. Dar ciência à FUNDECON e à Sra. Rosely de Assis Fernandes** da decisão, encaminhando-lhes cópia do presente *decisum*, bem como do Laudo Técnico e do Parecer Ministerial.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 18 de Junho de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral